

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.414.168 - SC
(2018/0325465-7)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
EMBARGANTE : SERMOG LTDA ME
ADVOGADOS : LUIZ OTAVIO FONSECA AZEVEDO - SC037637
WILSON JOSE MIRA JUNIOR - SC036288
EMBARGADO : MUNICIPIO DE ARARANGUA
PROCURADOR : DIK ROBERT DANIEL E OUTRO(S) - SC008976
EMBARGADO : AULUS EDUARDO TEIXEIRA DE SOUZA
ADVOGADO : AULUS EDUARDO TEIXEIRA DE SOUZA (EM CAUSA PRÓPRIA) E OUTROS - SC041386

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos por **Sermog Ltda. - ME** contra decisão singular (fls. 1.026/1.029), por meio da qual foi negado provimento ao agravo em recurso especial em razão da incidência dos óbices previstos nas Súmulas 280, 282 e 356/STF.

A parte embargante sustenta, em resumo, que "*a Nobre Corte não se posicionou sobre a (i)legitimidade do recorrido em Ação Popular*" (fl. 1.040), aduzindo que o objeto da ação somente poderia ser alcançado por meio de Ação Civil Pública.

Requer, desse modo, o acolhimento dos aclaratórios para que seja reconhecida a nulidade do acórdão.

Impugnação do embargado às fls. 1.047/1.058.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

De acordo com o previsto no artigo 1.022 do CPC/2015, são cabíveis embargos de declaração nas hipóteses de obscuridade, contradição ou omissão do *decisum* atacado ou, ainda, para corrigir erro material.

Entretanto, *in casu*, não se verifica a existência de qualquer das deficiências em questão, pois a decisão embargada assentou de forma clara e fundamentada a incidência dos óbices previstos nas Súmulas 280, 282 e 356/STF. Confirmam-se os seguintes trechos do julgado combatido (fls. 1.028/1.029):

Com efeito, as matérias pertinentes aos arts. 1º da Lei 4.717/1965; 24 e 25 do Código de Trânsito Brasileiro; e 130 do

Código Civil não foram apreciadas pela instância julgante de origem, tampouco constaram dos embargos declaratórios opostos para suprir eventual omissão. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incide o óbice das Súmulas 282 e 356/STF.

[...]

Ademais, quanto à alegação de afronta aos arts. 1º e 6º-B da Lei Municipal 3.084/2012 e 18 do Decreto Municipal 6.569/2014, o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise dos referidos dispositivos de legislação local, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário").

Denota-se que as alegações da embargante não prosperam, pois não guardam relação com as razões adotadas na decisão embargada, a qual possui fundamentação clara e suficiente.

Ora, não podem ser acolhidos os aclaratórios que, a pretexto de alegados vícios no julgado embargado, traduzem, na verdade, seu inconformismo com a decisão tomada, pretendendo rediscutir o que já foi decidido.

Nesse panorama, inexistente qualquer obscuridade, contradição ou omissão no *decisum* embargado, conforme exige o art. 1.022 do CPC/2015, impõe-se a rejeição dos presentes embargos de declaração. A propósito, confira-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS. PROPÓSITO DE MODIFICAÇÃO DO JULGAMENTO. MEIO IMPRÓPRIO.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC/2015, destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material.

2. Não se identifica, no recurso, qualquer ponto sobre o qual era necessária manifestação, mas apenas a discordância da parte com a solução apresentada no julgamento e seu propósito de modificação.

3. Por contradição entende-se coexistência de afirmações em desacordo no mesmo julgado, gerando ilogicidade ao texto. Mas desse problema não se ressente o julgado.

4. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa.

(EDcl no AgInt nos EAREsp 666.334/RS, Rel. Ministro OG

FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/8/2018,
DJe 28/8/2018)

ANTE O EXPOSTO, rejeito os embargos declaratórios.

Publique-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

